

**CÂMARA MUNICIPAL
DE ZACARIAS**

REGIMENTO INTERNO

Resolução nº 02/1993

Revisado em 21/12/2.011

2.011

ZACARIAS – SÃO PAULO

REGIMENTO INTERNO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ZACARIAS
RESOLUÇÃO Nº 02/1993, de 07 de Junho de 1.993

REVISADO EM 2.011

TITULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º:- A Câmara Municipal é o órgão legislativo do Município e compõem-se de Vereadores, eleitos nos termos da legislação vigente e tem sua sede no Edifício localizado à Avenida 12 de Março, nº 1.000, cidade de Zacarias, Estado de São Paulo.

Artigo 2º:- A Câmara Municipal tem funções institucional, legislativa, fiscalizadora, administrativa, de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.

§ 1º:- A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.

§ 2º:- A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município.

§ 3º:- A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município exercido pela Comissão de Finanças e Orçamento, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º:- A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.

§ 5º:- A função administrativa é exercida apenas no âmbito da Secretaria da Câmara, restrita à sua organização interna, ao seu pessoal, aos seus serviços auxiliares e aos Vereadores.

§ 6º:- A função integrativa é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais.

§ 7º:- A função de assessoramento é exercida por meio de indicações ao Prefeito, sugerindo medidas de interesse público.

§ 8º:- As demais funções são exercidas no limite da competência municipal quando afetas ao Poder Legislativo.

§ 9º.- O controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo:

I- apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara, mediante parecer prévio, a ser elaborado em, 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento;

II- julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta ou indireta, inclusive as fundações e sociedade instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Municipal;

III- apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de pessoal, a qualquer título, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV- realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais, inclusive quando forem requeridas pela Câmara Municipal ou por iniciativa da Comissão técnica ou de inquérito, nas unidades Administrativas dos Poderes Legislativos e Executivos e demais entidades referidas no inciso II;

V- fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União ou Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

VI- prestar as informações solicitadas pela Câmara Municipal, por comissão, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e, ainda sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas. No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que solicitará a imediata tomada de medidas cabíveis ao Poder Executivo;

VII- aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidades de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá outras comunicações, multa proporcional ao vulto do dano causado ao erário;

VIII- assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

IX- sustar se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Municipal;

X- representar ao Poder competente sobre irregularidade ou abusos apurados.

ARTIGO 3º:- Independentemente de convocação, a Sessão Legislativa iniciar-se-á a Primeiro de fevereiro, encerrando-se em 15 de dezembro de cada ano, com recesso em julho.

ARTIGO 4º:- As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dela, salvo as exceções previstas em lei.

ARTIGO 5º:- Na sede da Câmara não se realizarão atividades estranhas as suas finalidades, sem prévia autorização da Presidência.

CAPITULO II

DA INSTALAÇÃO

ARTIGO 6º:- A Câmara Municipal, instalar-se-á no dia 1º de janeiro as dez horas, em Sessão Solene, independentemente de número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos.

§ 1º:- Os vereadores presentes serão empossados, após a leitura do compromisso, pelo Presidente, e de pé proferirão os seguintes termos:

“Prometo exercer, com dedicação e lealdade, o meu mandato, respeitando a Lei e promovendo o bem-estar do Município, assim o Prometo”.

§ 2º:- A seguir, o Presidente convidará o Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e regularmente diplomados, a prestar o compromisso a que se refere o parágrafo anterior, declarando-os empossados.

§ 3º:- Ocorrendo a hipótese de a posse não se verificar na data prevista neste artigo, ela deverá ocorrer:

a)- dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da referida data quando se tratar de Vereador, salvo motivo justo e aceito pela Câmara;

b)- dentro do prazo de 10 (dez) dias, da data fixada para a posse, quando se tratar de Prefeito e Vice-Prefeito, salvo motivo justo e aceito pela Câmara;

c)- decorrido o prazo a que se refere a letra “b” sem que o Prefeito e o Vice-Prefeito tenham assumido o cargo, este será declarado vago pela Mesa da Câmara.

§ 4º:- Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito; na falta deste, o Presidente da Câmara.

§ 5º:- Prevalecerão para os casos de posse superveniente, os prazos e os critérios estabelecidos nos § 3º e 4º deste artigo.

§ 6º:- No ato de posse os Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, deverão fazer declaração pública de seus bens, no início e término do mandato, transcrito em livro próprio constando de ata o seu resumo.

ARTIGO 7º:- A Secretaria Administrativa da Câmara, o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos deverão apresentar seus Diplomas, 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão de posse.

TITULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPITULO I

DA MESA

ARTIGO 8º:- A Mesa da Câmara Municipal compor-se-á do Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleito uma única vez, a partir da Legislatura 2013/2016 e a ela compete privativamente:

I- pelo seu Presidente, dirigir os trabalhos em plenário;

II- propor resoluções que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III- propor projetos de Decreto Legislativo dispondo sobre:

a)- licença ao Prefeito e Vice-Prefeito para afastamento do cargo;

b)- autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias;

c)- criação de Comissões Especiais de Inquérito, na forma prevista neste Regimento;

IV- propor Projetos de Resolução, dispondo sobre assuntos de sua economia interna.

V- elaborar e expedir, mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las quando necessário.

VI- suplementar, mediante Ato, as dotações do orçamento da Câmara observando o limite de autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes da anulação parcial ou total da Câmara.

VII- apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total de dotação da Câmara;

VIII- convocar Sessões da Câmara.

ARTIGO 9º:- Na hora determinada para o início da sessão, em se verificando a ausência de todos os membros da Mesa e seus substitutos assumirão a Presidência

o Vereador mais votado dentre os presentes, que escolherá entre seus pares um Secretário.

Parágrafo Único:- A Mesa, composta na forma deste artigo, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular ou seus substitutos legais.

ARTIGO 10:- O Presidente da Mesa não poderá fazer parte de Comissões.

ARTIGO 11:- As funções dos membros da Mesa cessarão:

I- pela renúncia ou morte, sendo que a primeira deve ser apresentada por escrito;

II- pela destituição do cargo;

III- pela perda ou extinção do mandato do Vereador.

DA ELEIÇÃO DA MESA

ARTIGO 12:- A Mesa da Câmara Municipal será eleita na data de sua instalação a 1º de janeiro, às 10:00 horas, por um período de 01(um) ano, podendo concorrerem à reeleição uma única vez.

Parágrafo Único:- Terminado o período a que se refere este artigo haverá eleição para os períodos subseqüentes, que ocorrerá a 20 (vinte) de dezembro em Sessão Extraordinária, às 20:30 horas, e os eleitos tomarão posse automática a primeiro de janeiro. Ocorrendo a data da eleição da mesa sucessora em um sábado, domingo ou feriado, ela realizar-se-á no primeiro dia útil seguinte.

ARTIGO 13:- A eleição da Mesa será feita por maioria simples de votos presente pelo menos a maioria absoluta de seus Membros e ela será aberta, mediante voto nominal, um de cada vez e iniciar-se-á pelo cargo de Presidente.

§ 1º:- Apurados os votos, o Presidente em exercício proclamará os eleitos e em seguida, dará posse à Mesa eleita.

§ 2º:- É proibida a reeleição dos membros da Mesa para o mesmo cargo.

ARTIGO 14:- Na hipótese de não se realizar a sessão ou a eleição da Mesa, por falta de número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

ARTIGO 15:- Vagando-se qualquer cargo da Mesa deverá ser realizada na primeira sessão seguinte a eleição para completar o período do mandato.

ARTIGO 16:- Havendo empate na votação para eleição da Mesa para qualquer dos cargos, os candidatos concorrerão a um segundo escrutínio, e se persistir o empate a decisão será feita por sorteio.

DA RENUNCIA E DA DESTITUIÇÃO DA MESA

ARTIGO 17:- A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa dar-se-á por ofício a ela dirigido e se efetivará a partir do momento da sua leitura, independentemente da deliberação do Plenário.

Parágrafo Único:- Em caso de renúncia total da Mesa, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais votado dentre os presentes, exercendo as funções de Presidente nos termos do artigo 14.

ARTIGO 18:- Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos dos seus cargos, por motivo justificado, mediante resolução aprovada por 2/3 (dois terços) no mínimo, dos membros da Câmara, assegurada o direito de ampla defesa.

ARTIGO 19:- O processo de destituição terá início por representação, subscrita, necessariamente, por um dos membros da Câmara, lida em plenário pelo seu autor e em qualquer fase da Sessão, com ampla e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 1º:- Oferecida a representação, nos termos do presente artigo, o Presidente sorteará 3 (três) Vereadores, entre os desimpedidos, para comporem a Comissão de Investigação e Processante, que terá o prazo de 10 (dez) dias para propor ou não a destituição.

§ 2º :- A Comissão não poderá fazer parte o acusado ou acusados e o denunciante ou denunciante.

§ 3º :- Instalada a Comissão e esta entender pela maioria de seus membros pelo prosseguimento da ação, o acusado ou acusados serão notificados dentro de 3(três) dias após o prazo a que se refere o parágrafo 1º, abrindo-se-lhes o prazo de 10 (dez) dias para apresentação, por escrito de defesa prévia.

§ 4º :- O acusado ou acusados poderá acompanhar todos os atos e diligências da Comissão.

§ 5º :- A Comissão terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias corridos para emitir e remeter à Mesa da Câmara o seu Parecer, a qual deverá obrigatoriamente ser concluído ou pela improcedência das acusações, se julgá-las infundada, ou em caso contrário, pela proposta de destituição.

§ 6º :- O Parecer que concluir pela improcedência das acusações será apreciado, em discussão única, na fase do expediente na Primeira Sessão Ordinária, após o prazo a que se refere o parágrafo 5º deste artigo e será votado por maioria simples.

§ 7º:- O parecer que concluir pela proposta de destituição do acusado ou acusados será apreciado, em discussão única, na fase do Expediente na primeira Sessão Ordinária, após o prazo a que se refere o parágrafo 5º deste artigo e será votado pela maioria absoluta dos membros da Casa, em votação aberta.

§ 8º :- Nos casos dos parágrafos 6º e 7º a Presidência da Câmara deverá fazer constar na convocação, a pauta relativa ao assunto, sob pena de nulidade da votação.

ARTIGO 20 :- O membro da Mesa, envolvido nas acusações não poderá presidir e nem secretariar os trabalhos quando e enquanto estiver sendo apreciado o Parecer da Comissão de Investigação e Processante.

§ 1º :- O acusado ou acusados e o denunciante ou denunciantes são impedidos de votar sobre a matéria, devendo ser convocado o respectivo suplente ou suplentes para exercer o direito de voto, para os efeitos de “ quorum “.

§ 2º :- O suplente ou suplentes a que se refere o parágrafo anterior participarão da Sessão Legislativa tão somente o tempo necessário para apreciação do Parecer da Comissão de Investigação e Processante.

§ 3º :- O denunciante ou denunciantes e o acusado ou acusados para discussão do Parecer da Comissão disporá cada um de 20 (vinte) minutos, o Relator de 20 (vinte) minutos e cada Vereador disporá cada um de 15 (quinze) minutos sendo vedada a cessão de tempo.

DO PRESIDENTE

ARTIGO 21 :- O Presidente é o representante legal da Câmara, dentro e fora dela, cabendo-lhes funções administrativas e diretiva de todas as atividades interna, competindo-lhe privativamente :

- a)- convocar os Vereadores às Sessões da Câmara, por escrito;
- b)- zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como dos concedidos às Comissões e ao Prefeito;
- c)- nomear os membros das Comissões Especiais criadas por deliberação da Câmara e designar-lhe os substitutos;
- d)- fazer publicar os Atos da Mesa e da Presidência , portarias, bem como leis, decretos legislativos e resoluções por elas promulgadas;
- e)- presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar Sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinadas do presente Regimento;
- f)- anunciar a Ordem do dia e submeter a discussão e votação a matéria dela constante;
- g)- conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento e não permitir divulgações ou apartes estranhos ao assunto em discussão assim como não permitir a fala sobre matéria com votação já encerrada.
- h)- interromper o orador que se desviar de questão em debate ou que estiver faltando com o devido respeito ao colega ou à Casa, em caso

de insistência cassando-lhe a palavra, inclusive suspendendo a Sessão se as circunstâncias o exigirem;

i)- resolver soberanamente qualquer questão de ordem ou submetê-la à consideração do Plenário, quando omissa o Regimento;

j)- manter a ordem no recinto dos trabalhos do legislativo e se necessário solicitar a retirada dos manifestantes do prédio da Câmara, podendo requisitar a força policial para este fim;

l)- nomear, exonerar, promover, admitir e demitir funcionários da Câmara, conceder-lhes licença, abono de falta e demais providências estabelecidas em lei.

m)- proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara, de acordo com a legislação pertinente;

n)- determinar a abertura de sindicância e inquéritos Administrativos;

o)- providenciar nos termos da Constituição Federal a expedição de certidões que forem requeridas, relativas a despachos, atos ou informações que os mesmos expressamente, se refiram;

p)- promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário.

ARTIGO 22 :- Compete, ainda ao Presidente :

a)- executar as deliberações do Plenário;

b)- assinar as atas das Sessões, os editais, as portarias e o expediente da Câmara;

c)- dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores que não forem empossados no primeiro dia da legislatura, aos suplentes de Vereadores, presidir a Sessão de eleição da Mesa do período seguinte e dar-lhes posse;

d)- declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito, e Vereadores com casos previstos em lei;

e)- substituir o Prefeito ou Vice-Prefeito, na falta de ambos, completando o seu mandato ou até realizarem novas eleições, nos termos da legislação vigente.

f)- licenciar-se da Presidência quando se ausentar do Município por mais de 15 (quinze) dias, comunicando tal fato ao Vice-Presidente;

g)- interpelar judicialmente o Prefeito, quando este deixar de colocar à disposição da Câmara no prazo legal, as quantias requisitadas ou a parcela correspondente ao duodécimo de dotações orçamentárias.

ARTIGO 23 :- O Presidente da Câmara, ou seu substituto legal terá o direito a voto :

a)- na eleição da Mesa

b)- quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta ou de 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara;

c)- quando houver empate em qualquer votação no Plenário.

ARTIGO 24 :- Ao Presidente é facultado o direito de apresentar proposições à consideração do Plenário, mas para discuti-las deverão afastar-se da Presidência enquanto se tratar do assunto proposto.

ARTIGO 25 :- A Presidência enquanto estiver com a palavra, é vedado interromper ou apartear.

ARTIGO 26 :- O Presidente em exercício será sempre considerado para efeito de quorum para discussão e votação do Plenário.

ARTIGO 27 - O Presidente receberá cumulativamente a remuneração do cargo e o subsídio de Vereador, que será fixada por Lei, de iniciativa da Mesa Diretora, na forma estabelecida neste Regimento e na conformidade o que dispõe a legislação federal.

DO VICE-PRESIDENTE

ARTIGO 28 :- O Vice-Presidente substitui o Presidente :

I- na Presidência da Sessão;

a)- se o Presidente não comparecer a hora regimental para abri-la; entretanto, deverá após a chegada do mesmo ao recinto do Plenário, convidá-lo a assumir a direção dos trabalhos;

b)- se o Presidente deixar a cadeira da Presidência durante a Sessão;

II- em pleno exercício:

a)- se o Presidente se afastar das funções por mais de quinze 15 (quinze) dias;

b)- se o Presidente estiver substituindo o Prefeito em seus impedimentos ou licença, de acordo com o que dispõe o artigo 57 da Lei Orgânica do Município.

DOS SECRETÁRIOS

ARTIGO 29 :- Compete ao 1º Secretário:

I- fazer a chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente;

II- ler a Ata e o Expediente das Sessões, bem como as proposições e demais documentos que devam ser do conhecimento do Plenário.

III- redigir e transcrever a Ata das Sessões e assinar Resoluções e Decretos Legislativos em seguida do Presidente.

IV- auxiliar a Presidência na inspeção dos serviços da Secretaria e na observância deste Regimento.

ARTIGO 30 :- Compete ao 2º Secretário substituir o 1º Secretario nas ausências, licenças e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições durante as sessões plenárias.

CAPITULO II

DAS COMISSÕES

ARTIGO 31 :- As Comissões da Câmara serão:

I- permanentes, as que subsistem através da legislatura;

II- temporárias, as que constituídas com finalidades especiais ou de representação e as que se extinguem com o término da legislatura ou antes dela, quando preenchidos os fins para os quais forem constituídas.

ARTIGO 32 :- Assegurar-se-á nas Comissões, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara Municipal.

ARTIGO 33 :- As Comissões poderão convidar pessoas ligadas aos assuntos em estudo, tomar depoimento, solicitar informações e documentos e proceder a diligências que julgarem necessárias, no exercício de suas atribuições.

§ 1º :- As Comissões poderão solicitar ao Prefeito por intermédio do Presidente da Câmara e independentemente de discussão e votação do Plenário todas as informações que julgarem necessárias, ainda que não se refiram as proposições entregues às sua apreciações, mas desde que o assunto seja de competência das mesmas.

§ 2º :- Sempre que a Comissão solicitar informação do Prefeito ou audiência preliminar de outras Comissões, fica interrompido o prazo a que se refere o artigo 46, § 3º, deste Regimento, até o máximo de dez (10) dias findo os quais deverá a Comissão exarar o seu Parecer.

§ 3º :- O prazo não será interrompido quando se tratar de Projetos com prazo fatal para deliberação; mas neste caso a Comissão que solicitou as

informações poderá completar seu Parecer até quarenta e oito (48) horas após o recebimento das respostas do Executivo, desde que o Projeto ainda se encontre no Plenário.

§ 4º :- As Comissões da Câmara diligenciarão junto às dependências, arquivos e repartições municipais, para tanto solicitadas pelo Presidente ao Prefeito, as providências necessárias ao desempenho de suas atribuições regimentais.

§ 5º :- Se as Comissões não exararem o Parecer dentro do Prazo de 10 (dez) dias, nos termos do § 3º do artigo 46, a Mesa deverá colocar a proposição na Ordem do Dia da próxima sessão legislativa.

§ 6º- Poderão assessorar os trabalhos das Comissões, desde que devidamente credenciados pelo respectivo Presidente, técnicos de reconhecida competência na matéria em exame.

DAS COMISSÕES PERMANENTES

ARTIGO 34:- As Comissões Permanentes tem por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre ele a sua opinião e preparar, por iniciativa própria ou indicação do Plenário, o Projeto de Resolução ou de Decreto Legislativo, atinente a sua especialidade.

Parágrafo Único:- Os Pareceres das Comissões não dependerão de votação do Plenário, salvo a hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo 36.

ARTIGO 35 :- As Comissões Permanentes são quatro (4) composta cada uma de três (3) Membros e três suplentes com as seguintes denominações :

I- Redação, Legislação e Justiça;

II- Finanças e Orçamento;

III- Obras e Serviços Públicos;

IV- Educação, Saúde e Assistência Social.

ARTIGO 36 :- Compete à Comissão de Redação, Legislação e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, jurídico ou legal e quanto ao aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu Parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário.

§ 1º :- É obrigatória a audiência da Comissão de Redação, Legislação e Justiça sobre todos os processos que tramitarem pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino por este Regimento.

§ 2º :- Concluindo a Comissão de Redação, Legislação e Justiça por qualquer um de seus membros, pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, deve o ir a Plenário para ser discutido e somente quando rejeitado o Parecer, prosseguirá o processo sua tramitação.

ARTIGO 37 :- Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir Parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre :

I- proposta orçamentária anual;

II- plano plurianual e diretrizes orçamentárias;

III- prestação de contas do Prefeito, mediante o Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, concluindo por Decreto Legislativo;

IV- proposições referentes a matéria tributária, abertura de crédito adicional, empréstimos públicos e as que direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário Municipal ou interessem ao crédito público;

V- proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores e a Verba de Representação do Presidente da Câmara;

VI- as que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município.

ARTIGO 38 :- Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos emitir Parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e execução de serviços pelo Município e outras atividades que digam respeito a transporte, comunicação, indústria, comércio e agricultura, sujeitos a deliberação da Câmara.

ARTIGO 39 :- Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social emitir Parecer sobre os processos referente à Educação, Ensino e Artes, ao Patrimônio Histórico, aos esportes e a higiene, saúde pública e obras assistenciais.

ARTIGO 40 :- A composição das Comissões Permanentes será feita de comum acordo entre o Presidente da Câmara os líderes das bancadas, observadas o disposto no artigo 32 deste Regimento.

§ 1º :- As Comissões Permanentes são eleitas para todo o período da legislatura.

ARTIGO 41 :- Não havendo acordo entre a liderança far-se-á votação a descoberto para eleição dos membros das Comissões.

DOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES

DAS COMISSÕES PERMANENTES

ARTIGO 42:- As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos: Presidente e Vice-Presidente e deliberar sobre os dias, horas da reunião e ordem dos trabalhos, deliberação essa que será consignada em livro próprio.

ARTIGO 43 :- Compete ao Presidente das Comissões Permanente :

I- convocar e presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;

II- receber a matéria destinada à Comissão e designar-lhe o Relator;

III- conceder “vista” de proposições aos membros da Comissão, que não poderá exceder do prazo de (2) dois dias;

§ 1º :- O Presidente da Comissão Permanente poderá funcionar como Relator e terá direito a voto, em caso de empate.

§ 2º :- Dos atos do Presidente da Comissão Permanente, cabe a qualquer membro, recurso ao Plenário.

§ 3º :- Na eventualidade de a Comissão não se reunir dentro das necessidades de trabalho exigidas pela Câmara, o Presidente do Poder Legislativo poderá convocar reuniões com seus membros e assentar providências sobre o melhor e o mais rápido andamento das proposições.

ARTIGO 44 :- Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem qualquer proposição ou qualquer matéria em reunião conjunta a Presidência dos trabalhos caberá ao mais idoso Presidente de Comissão dentre os presentes se desta reunião não estiver participando a Comissão de Redação, Legislação e Justiça, hipótese em que a direção dos trabalhos caberá ao seu Presidente.

DAS REUNIÕES

ARTIGO 45:- As Comissões Permanentes reunir-se-ão extraordinariamente no edifício da Câmara Municipal nos dias e horários previamente fixados quando da sua primeira reunião.

Parágrafo Único:- As reuniões extraordinárias serão sempre convocadas com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, avisando-se obrigatoriamente a todos os integrantes da Comissão.

ARTIGO 46 :- Ao Presidente da Câmara incumbe, dentro do prazo improrrogável de dois (2) dias a contar da data do recebimento das proposições, encaminhá-las às Comissões competentes para exararem o seu Parecer.

§ 1º :- Os projetos de Lei de iniciativa do Prefeito, com solicitação de urgência, serão enviados às Comissões Permanentes pelo Presidente da Câmara dentro de dois (2) dias, a contar da sua entrada na Secretaria Administrativa da Câmara, independentemente da sua leitura no Expediente da Sessão.

§ 2º :- Recebido qualquer processo, o Presidente da Comissão designará Relator, independentemente de reunião, podendo reservá-lo à sua própria consideração.

§ 3º :- O prazo para a Comissão exarar Parecer será de dez (10) dias, a contar da data do recebimento; o Presidente da Comissão terá o prazo improrrogável de dois (2) dias para incluir o Projeto de Lei na pauta dos trabalhos de sua Comissão.

§ 4º :- O relator terá o prazo de três (3) dias para apresentação do seu Parecer para a Comissão a que se refere o parágrafo 3º deste artigo.

§ 5º :- Findo o prazo sem que o Parecer seja apresentado, o Presidente da Câmara incluirá o Projeto de Lei na Ordem do Dia dos trabalhos da Sessão imediata.

§ 6º :- Quando se tratar de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, que tenha sido solicitado urgência na sua apresentação observar-se-á o seguinte:

a)- o prazo para a Comissão exarar Parecer será de três (3) dias a contar da data de seu recebimento.

b)- o Presidente da Comissão terá o prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas para incluir o Projeto de Lei na Pauta dos trabalhos de sua Comissão.

c)- findo o prazo a que se refere a letra “a” deste parágrafo e na hipótese de o Parecer da Comissão encarregada não ser apresentado, o Presidente da Câmara incluirá a proposição na Ordem do Dia da Sessão imediata sem o Parecer.

ARTIGO 47 :- O Processo sobre o qual deva pronunciar-se mais de uma Comissão será encaminhado diretamente a cada uma delas cópias em separado do mesmo.

Parágrafo Único:- Por entendimento entre os respectivos Presidentes, duas ou mais Comissões poderão apreciar matéria em conjunto respeitado o disposto no Artigo 44 deste Regimento.

ARTIGO 48 :- É vedada a qualquer Comissão manifestar-se :

I- sobre a legalidade ou constitucionalidade de proposição, em contrário ao Parecer da Comissão de Redação, Legislação e Justiça.

II- sobre conveniência ou oportunidade da despesa, em oposições ao Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento.

DOS PARECERES

ARTIGO 49 :- Parecer é o pronunciamento obrigatório da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

Parágrafo Único :- O Parecer será escrito e constarão de três (3) partes sujeitas ao seu estudo.

I- exposição da matéria em exame;

II- conclusões do Relator, tanto quanto possível sintética com sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria, quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emenda;

III- a decisão da Comissão, com a assinatura dos membros que votarem contra ou a favor.

ARTIGO 50 :- Os membros das Comissões emitirão seu juízo sobre a manifestação do Relator, mediante subscrição do relatório.

Parágrafo Único :- Discordando do Relator é facultado aos demais membro de Comissão exararem Parecer em separado.

ARTIGO 51 :- O Projeto de Lei que receber Parecer contrário quanto ao mérito de todas as Comissões a que foi distribuído, será tido como rejeitado.

Parágrafo Único :- Para que se efetive a rejeição a que alude este artigo é necessário a assinatura da maioria dos membros de cada Comissão e Parecer.

DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

ARTIGO 52 :- As Comissões temporárias poderão ser:

I- comissões especiais;

II- comissões especiais de inquérito e

III- comissões especiais são aquelas destinadas à elaboração de estudos problemas Municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de relevância reconhecida, inclusive a de participação em congressos e atos externos de caráter social.

ARTIGO 53 :- As Comissões Especiais serão de indicação de Presidência da Câmara, devendo obrigatoriamente ser indicados elementos de todos os partidos representados no legislativo, quando a indicação comportar vários representantes.

ARTIGO 54 :- As Comissões Especiais de Inquérito, constituídas no termos da Lei Orgânica do Município, destinar-se-ão a examinar irregularidades sobre fato determinado que se inclua na competência municipal.

§ 1º :- A proposta de constituição de Comissão Especial de Inquérito será sujeita a deliberação do Plenário e deverá contar, no mínimo com a assinatura de um terço (1/3) dos membros da Câmara.

§ 2º :- Recebida a proposta, a Mesa elaborará Projeto de Resolução ou de Decreto Legislativo, conforme a área de atuação com base na solicitação inicial, seguindo a tramitação e dos critérios fixados neste Regimento e especialmente:

I- sua finalidade, devidamente fundamentada;

II- o número de seus membros deverá ser de cinco
(5) Vereadores escolhidos por sorteio;

III- o prazo de seu funcionamento.

§ 3º :- A conclusão a que chegar a Comissão Especial de Inquérito, na apuração de responsabilidades, e se for o caso, será encaminhada ao Ministério Público da Comarca para que se promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

ARTIGO 55 :- As Comissões de Investigações e Processante serão constituídas com as seguintes finalidades.

I- apurar infrações político-administrativas do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores no desempenho de suas funções e nos termos fixados na legislação federal pertinente.

II- destituição dos membros da Mesa, nos termos dos artigos 18 e 20 deste Regimento.

ARTIGO 56 :- Aplicam-se subsidiariamente às Comissões Temporárias, na que couber e desde que não colidentes com os desta seção, os dispositivos concernentes às Comissões Permanentes.

CAPITULO III

DO PLENÁRIO

ARTIGO 57 :- O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião de Vereadores em exercício em local, forma e número estabelecido neste Regimento.

§ 1º :- O local é o recinto de sua sede.

§ 2º :- A forma legal para liberar é a sessão regida pelos dispositivos referente à matéria, estatuídas em leis ou neste Regimento.

§ 3º :- O número é o quorum de determinado em lei ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.

ARTIGO 58 :- A discussão e a votação de matéria em Plenário constante da Ordem do dia, só poderão ser efetuadas com a presença de maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único :- Aplica-se às matérias sujeitas à discussão e votação no Expediente o disposto neste Artigo.

ARTIGO 59 :- O Vereador que tiver interesse pessoal na votação não poderá sob pena de nulidade, votar, se o seu voto for decisivo.

CAPITULO IV

DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

ARTIGO 60 :- Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de sua Secretaria Administrativa e por regulamento baixado pelo Presidente da Câmara. Todos os serviços serão dirigidos e disciplinados pelo Presidente da Câmara, que poderá contar com o auxílio dos Secretários.

ARTIGO 61 :- Os Atos Administrativos de competência da Mesa e da Presidência serão expedidos com observância das seguintes normas :

I- da Mesa :

Ato numerado em ordem cronológico, nos seguintes casos:

a)- elaboração e expedição da discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alteração, quando necessária:

b)- suplementação das dotações do orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes das anulações orçamentárias;

c)- outros casos como tais definidos em lei ou resolução.

II- da Presidência :

1)- Ato, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a)- regulamentação dos serviços administrativos;

b)- nomeação de Comissões Especiais, Especiais de Inquérito e de Representação.

c)- assuntos de caráter financeiro;

d)- designação de substitutivos nas Comissões;

e)- outros casos de competência da Presidência e que não e sejam enquadrados como Portaria.

2)- Portaria, nos seguintes casos:

a)- provimento e vacância dos cargos da Secretaria Administrativa da Câmara e demais atos de efeitos individuais;

b)- abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidade e demais atos individuais de efeitos internos;

c)- a numeração de Atos da Mesa e da Presidência, bem como das Portarias, obedecerá ao período da legislatura.

ARTIGO 62:- A Secretaria Administrativa mediante autorização expressa do Presidente fornecerá a qualquer munícipe, que tenha legítimo interesse, no prazo de quinze (15) dias, certidões sob pena de responsabilidade de autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverá atender as requisições judiciais, se outro não for fixado pelo Juiz.

ARTIGO 63:- A Secretaria Administrativa terá livros e fichas necessárias aos seus serviços e, especialmente os de:

I- termo de compromisso e posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores e da Mesa:

II- declaração de bens;

III- ata das Sessões da Câmara e das reuniões das Comissões:

IV- registro de leis, decretos legislativos, resoluções, Atos da Mesa e da Presidência, portarias e instruções;

V- cópia da documentação oficial;

VI- protocolo, registro e índice de papéis, livros e processos arquivados;

VII- protocolo, registro e índice de proposições em andamento e arquivados.

VIII- licitações e contratos para obras e serviços;

IX- termo de compromisso e posse de funcionários;

X- contratos em geral;

XI- contabilidade e finanças;

XII- cadastramento de bens imóveis;

§ 1º:- Os livros serão abertos e encerrados pelo Presidente da Câmara.

TITULO III
DOS VEREADORES

CAPITULO I

DO EXERCÍCIO DO MANDATO

ARTIGO 64:- Os Vereadores são agentes políticos, investidos do mandato legislativo Municipal para uma legislatura.

ARTIGO 65:- Compete ao Vereador:

I- participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

II- votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III- apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;

IV- concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões;

V- usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do Plenário.

ARTIGO 66 :- São obrigações e deveres do Vereador:

I- desincompatibilizar-se e fazer declarações públicas de bens, no ato da posse e no término do mandato, de acordo com a Lei Orgânica do Município;

II- comparecer decentemente trajado às Sessões da Câmara;

III- cumprir os deveres dos cargos para os quais for eleito ou designado;

IV- votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo quando ele próprio tenha interesse pessoal na mesma, sob pena de nulidade da votação, quando seu voto for decisivo;

V- comportar-se em Plenário com respeito, não conversando em tom que perturbe os trabalhos;

VI- obedecer às normas regimentais, quanto ao uso da palavra;

VII- residir no território do Município;

VIII- propor à Câmara todas as medidas que julgar necessárias ao interesse do Município e da comunidade.

ARTIGO 67 :- Se qualquer Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá o fato e tomará as seguintes providências, conforme sua gravidade;

I- advertência em Plenário;

II- cassação da palavra;

III- advertência pessoal;

IV- suspensão da Sessão por dez (10) minutos;

V- encerramento da Sessão se tornar difícil o controle da situação.

VI- proposta de cassação de mandato, por infração do disposto no artigo 7º, item III, do Decreto Lei Federal nº 201 e do disposto no artigo 15 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º :- Para o Vereador, que na data da posse, seja servidor Municipal, Estadual ou Federal, obrigatoriamente, serão observadas as seguintes normas:

a) existindo compatibilidade de horário:

1)- exercerá o cargo, emprego ou função juntamente com o mandato.

2)- receberá cumulativamente a remuneração do cargo e os subsídios de Vereadores.

b)- não existindo compatibilidade de horário:

1)- exercerá apenas o mandato, afastando-se do cargo, emprego ou função, com direito à opção pelos vencimentos;

2)- o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento. Haverá a incompatibilidade de horário normal e regular de trabalho do servidor desde que o trabalho na repartição coincida apenas em parte com o da Vereança nos dias de Sessões da Câmara.

§ 2º :- O Servidor Municipal, no exercício do mandato de Vereador a partir da respectiva posse, ficará sujeito às seguintes normas:

a)- havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração que faz jus;

b)- não havendo compatibilidade, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

ARTIGO 69 :- O Vereador é inviolável por suas opiniões emitidas em votos, pareceres, discussão em plenário, no exercício do mandato, na circunscrição do Município de Zacarias.

ARTIGO 70 :- A Presidência da Câmara compete tomar as providências necessárias quanto a defesa dos Vereadores quanto ao exercício do mandato.

CAPÍTULO II

DA POSSE, DA LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO

ARTIGO 71 :- Os Vereadores tomarão posse nos termos do Artigo 10 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º :- Os Vereadores que não comparecerem ao ato da instalação, bem como os suplentes, quando convocados, serão empossados pelo Presidente da Câmara, em qualquer fase da Sessão a que comparecerem, devendo apresentarem o respectivo diploma. Apresentarão ainda a declaração pública de bens e prestarão compromisso regimental.

§ 2º:- Os Suplentes quando convocados deverão tomar posse no prazo de quinze (15) dias da data do recebimento da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 3º:- A recusa do Vereador eleito ou do Suplente, quando convocado a tomar posse, importa em renúncia do mandato, devendo o Presidente após o decurso de prazo estipulado pelo artigo 6º, § 3º deste Regimento, declarar extinto o mandato e convocar o respectivo suplente.

§ 4º:- Verificadas as condições de existência de vaga ou licença de Vereador, a apresentação do diploma e a demonstração de identidade, cumpridas as exigências do artigo 6º, deste Regimento, não poderá o Presidente negar posse ao Vereador ou Suplente, sob nenhuma alegação, salvo a existência de caso comprovado de extinção do mandato.

ARTIGO 72 :- O Vereador poderá licenciar-se:

I- por moléstia devidamente comprovada ou em licença gestante;

II- para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município, devidamente autorizado pela Câmara;

III- para tratar de interesses particulares, por prazo determinado nunca inferior a trinta (30) dias, devidamente autorizado pela Câmara e não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 1º :- Para fins de renumeração, considerar-se-à como em exercício o Vereador licenciado:

a) Nos termos do inciso I, após o 16º (décimo sexto) dia, o Vereador deverá providenciar a sua inclusão no Auxílio doença junto ao INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social;

b) Nos termos do inciso II, a Câmara Municipal arcará com os subsídios do Vereador até o término da missão.

§ 2º:- A apresentação dos pedidos de licença se dará no início do expediente da Sessão seguinte a sua entrada na Secretaria e deverá ser apreciada pela Câmara e só poderá ser rejeitada pelo voto de, no mínimo de 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes.

§ 3º:- Aprovada a licença, o Presidente convocará o respectivo Suplente, o qual assumirá o mandato no decorrer da própria sessão, caso se encontre presente no recinto.

§ 4º:- O Vereador, quando em viagem oficial representado a Câmara Municipal, ou convocado oficialmente por Secretaria do Estado, devidamente autorizado pelo Presidente, perceberá os subsídios como se estivesse a Sessão da Edilidade.

CAPITULO III

DA REMUNERAÇÃO

Artigo 74 – Os subsídios dos Vereadores serão fixados por Resolução de iniciativa da Mesa Diretora, ao final de cada legislatura, e antes das eleições, para vigorar na seguinte e nas formas estabelecidas neste Regimento e obedecidas os critérios, termos e limites fixados na Constituição Federal e legislação complementar.

CAPITULO IV

DAS VAGAS

ARTIGO 75:- AS vagas na Câmara dar-se-ão:

I- por extinção do mandato;

II- por cassação;

§ 1º:- Compete ao Presidente da Câmara declarar a extinção de mandato, nos casos estabelecidos pela legislação federal.

§ 2º:- A cassação do mandato, dar-se-á por deliberação do Plenário nos casos e na forma da legislação federal, assim como a extinção do mandato.

DA PERDA DO MANDATO

ARTIGO 76:- Perderá o mandato o Vereador que se enquadrar no disposto do Artigo 15 da Lei Orgânica do Município.

ARTIGO 77:- A substituição do titular suspenso do exercício do mandato pelo respectivo suplente far-se-á até o final da suspensão.

CAPITULO V

DOS LIDERES E VICE-LÍDERES

ARTIGO 78 :- Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intermediário autorizado entre os órgãos da Câmara.

§ 1º :- As representações partidárias deverão indicar à Mesa, dentro de dez (10) dias, contados do início da Sessão Legislativa, os respectivos líderes e vice-líderes. Enquanto não for feita a indicação à Mesa será considerado líder o mais votado da bancada.

§ 2º :- Sempre que houver alteração nas indicações deverá ser feita nova indicação à Mesa.

§ 3º :- É da competência do Líder, além de outras atribuições que lhe conferem este Regimento, a indicação dos substitutos dos membros dos membros da bancada partidária, nas Comissões.

ARTIGO 79 :- É facultado aos líderes, em caráter excepcional e em qualquer momento da sessão, usar da palavra para tratar de assunto que, por sua relevância e urgência interesse ao conhecimento do plenário, salvo quando estiver procedendo a votação ou houver orador na tribuna.

Parágrafo Único:- O orador que pretender usar de palavra na faculdade do disposto neste artigo, não poderá falar por prazo superior a três (3) minutos.

TITULO IV

DAS SESSÕES

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 80 :- As Sessões da Câmara, exceto as solenes, que poderão ser realizadas em outro recinto, terão obrigatoriamente por local a sua sede e são consideradas nulas as que se realizarem fora dela.

§ 1º :- Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara ou outra causa que impeça a sua utilização, a Presidência ou qualquer Vereador solicitará ao Juiz de Direito da Comarca a verificação da ocorrência e a designação de outro local para a realização das Sessões.

ARTIGO 81 :- As Sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias e solenes e serão públicas.

ARTIGO 82 :- Independentemente de convocação, a Sessão iniciará-se a primeiro de fevereiro encerrando-se em quinze de dezembro de cada ano, com o recesso em julho.

ARTIGO 83 :- As Sessões da Câmara deverão ser convocadas por escrito com antecedência mínima de dois (2) dias.

ARTIGO 84:- As sessões ordinárias serão realizadas as primeiras e terceiras 4ª (quartas-feiras), de cada mês, com início às 19:30 horas.

ARTIGO 85 :- Toda convocação da Sessão deverá fazer constar a Ordem do Dia, terá ampla publicidade e resumo dos trabalhos com irradiação por emissora oficial local, se houver.

ARTIGO 86 :- Executadas as solenes, as sessões da Câmara Municipal terão duração máxima de 4 (quatro) horas, com interrupção de três (3) minutos entre o final do Expediente e o início da Ordem do Dia, podendo ser prorrogadas por iniciativa do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 1º :- O pedido de prorrogação da sessão será para terminar a discussão e votação de proposição em debate, não podendo o mesmo ser objeto de discussão.

§ 2º :- Os requerimentos de prorrogação somente poderão ser apresentados a partir de três (3) minutos antes do término da Ordem do Dia.

Artigo 87 :- As Sessões da Câmara, exceto as solenes, só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, a maioria absoluta dos Membros da Câmara.

ARTIGO 88 :- Durante as sessões somente os Vereadores, os funcionários da Câmara e a imprensa poderão permanecer no recinto do Plenário.

§ 1º :- A convite da Presidência, por iniciativa própria ou gestão de qualquer outro Vereador, poderão assistir os trabalhos no recinto do Plenário, autoridades e homenageados, que terão lugar reservado para esse fim.

ARTIGO 89 :- As Sessões Ordinárias compõem-se de duas partes, a saber :-

I- Expediente

II- Ordem do Dia

ARTIGO 90 :- À hora do início dos trabalhos, verificada pelo 1º Secretário ou seu Substituto, a presença dos Vereadores e havendo a presença de um terço (1/3), no mínimo, o Presidente declarará aberta a sessão iniciando-se o Expediente.

§ 1º :- A falta de número legal para deliberação do Plenário no Expediente não prejudicará as partes reservadas aos oradores, que poderão utilizar-se da Tribuna. Não havendo oradores inscritos, antecipar-se-á a Ordem do Dia. com a chamada regimental; a sessão só terá prosseguimento se atenderem a chamada, no mínimo, a maioria absoluta dos Vereadores que compõem a Câmara.

§ 2º :- As matérias constantes do Expediente, inclusive a Ata da Sessão anterior, que não forem votadas por falta "quorum " legal ficarão para a Sessão Ordinária seguinte :

§ 3º :- A verificação de presença poderá ocorrer em qualquer fase da Sessão, a requerimento do Vereador ou por iniciativa do Presidente e será sempre de forma nominal constando de Ata o nome dos ausentes.

DO EXPEDIENTE

ARTIGO 91 :- O Expediente terá a duração improrrogável de duas (2) horas, a partir da hora fixada para o início da sessão e destina a aprovação da Ata da sessão anterior, a leitura resumida das matérias oriundas do Executivo ou de outras origens, a apresentação de proposições pelos Vereadores e o uso da palavra, na forma do artigo 93 deste Regimento.

ARTIGO 92 :- Aprovada a Ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do Expediente, obedecendo a seguinte ordem :

I- expediente recebido do Prefeito;

II- expediente recebido de diversos;

III- expediente apresentado pelos Vereadores.

§ 1º :- Na leitura das proposições obedecer-se-á a seguinte ordem :

a)- indicações;

b)- requerimentos;

c)- moções;

d)- recursos;

e)- projetos de lei;

f)- projetos de decreto legislativo;

g)- projeto de resolução.

§ 2º:- Dos documentos apresentados no Expediente serão fornecidas cópias quando solicitadas pelos interessados.

ARTIGO 93:- Terminada a leitura das matérias em pauta, o Presidente destinará o tempo restante da hora do Expediente ao uso da tribuna, obedecido a seguinte preferência:

I- discussão das indicações, requerimentos e moções e posterior votação;

II- consulta ao Plenário se os Projetos de Lei, de decreto legislativo e de resolução serão objeto de deliberação;

III- uso da palavra pelos Vereadores, segundo a ordem de inscrição em livro próprio versando tema livre e sujeito a discussão.

§ 1º:- O prazo para o orador na tribuna na discussão da matéria nos termos dos incisos I e III será de dez (10) minutos.

ORDEM DO DIA

ARTIGO 94 – Findo o expediente, por ter sido esgotado o eu prazo ou por nada mais havendo a tratar e decorrido o intervalo q que alude o artigo 86, tratar-se-á da matéria destinada a Ordem do Dia.

§ 1º:- Efetuada a chamada regimental, a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos vereadores.

§ 2º:- Considerar-se-á presente a Sessão o Vereador que assinar o Livro de Presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos e das votações.

§ 3º:- Não se verificando o “quorum” regimental, o Presidente encerrará a Sessão. Esse procedimento será adotado em qualquer fase da Ordem do Dia.

ARTIGO 95:- Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas antes do início das sessões.

§ 1º:- A Secretaria fornecerá aos Vereadores cópia das proposituras, pareceres e a relação da Ordem do Dia correspondente até quarenta e oito (48) horas antes do início da sessão.

§ 2º:- O Secretário procederá à leitura das matérias que se tenham de discutir e votar, podendo a leitura ser dispensada a requerimento de qualquer Vereador dirigido à Mesa.

§ 3º:- A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte classificação:

- a)- veto e matéria em regime de urgência;
- b)- matéria em discussão única;
- c)- matéria em 2ª discussão;
- d)- matéria em 1ª discussão;
- e)- recursos.

§ 4º:- Obedecida a classificação do parágrafo anterior, as matérias figurarão ainda, segundo a ordem cronológica de antiguidade.

§ 5º:- A disposição da matéria na Ordem do Dia só poderão ser interrompida ou alterada por motivo de urgência especial, adiamento ou vistas, mediante requerimento por prazo determinado, apresentado no transcorrer da Ordem do Dia e aprovado pelo plenário.

ARTIGO 96 :- Não havendo mais matéria sujeita à deliberação do Plenário na Ordem do Dia, a Presidência anunciará sumariamente a pauta dos

trabalhos da próxima sessão, concedendo em seguida a palavra para Explicação Pessoal.

ARTIGO 97 :- A Explicação Pessoal, não polêmica, é destinada a manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato, em tempo máximo de dez (10) minutos, não comportando discussão.

§ 1º :- Não poderá o orador desviar-se da finalidade da Explicação Pessoal, nem ser aparteado. Em caso de infração, o orador será advertido pelo Presidente e na reincidência terá a palavra cassada.

DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

ARTIGO 98 :- A convocação extraordinária da Câmara Municipal no período de recesso far-se-á :

I- pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II- pela maioria dos membros da Câmara Municipal;

III- Pelo Presidente da Câmara, quando este a entender necessária.

§ 1º:- Durante a Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 2º:- Cabe ao Presidente da Câmara determinar a data da Sessão a que se referem os incisos I, II e III.

§ 3º:- A Sessão só poderá ser convocada com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas.

§ 4º:- A convocação será feita mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara, o qual deverá ultimá-la para reunir-se dentro de oito (8) dias;

§ 5º:- A convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação pessoal e escrita, quer seja ela de iniciativa do Prefeito como da maioria absoluta, devendo ser entregues com antecedência mínima de dois (2) dias;

§ 6º:- As Sessões Extraordinárias poderão realizar-se em qualquer dia da semana, inclusive domingos e feriados, em seu horário habitual.

§ 7º:- O requerimento de convocação de uma segunda Sessão Extraordinária, a ser realizada logo após a primeira convocada, poderá ocorrer em caráter excepcional. O citado requerimento deverá ser aprovado por maioria absoluta dos Vereadores.

§ 8º:- O requerimento a que se refere o parágrafo anterior somente poderá propor a inclusão para discussão e votação de matéria apreciada durante a Sessão em vias de encerrar-se.

§ 9º:- O presidente da Câmara deverá remeter aos Vereadores junto a convocação da Sessão Extraordinária, cópia de propositura que deu origem à mesma.

ARTIGO 99:- Na Sessão Extraordinária não haverá parte destinada ao Expediente e nem Explicação Pessoal, sendo todo seu tempo tomado à Ordem do Dia, iniciada após a leitura e aprovação da Ata da Sessão anterior.

Parágrafo Único: Aplicar-se à Sessão Extraordinária o disposto no artigo 95 deste Regimento.

DAS SESSÕES SOLENES

ARTIGO 100:- As Sessões Solenes serão convocadas pelo Presidente por deliberação da Câmara, para fim específico que lhe for determinado, podendo ser para posse e instalação de legislatura bem como solenidades cívicas ou oficiais.

§ 1º:- Essas Sessões poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara e não haverá Expediente e Ordem do Dia, dispensada ainda a leitura da Ata e verificação de presença;

§ 2º:- As Sessões Solenes não haverá tempo determinado para o seu encerramento;

§ 3º:- Será elaborado previamente e com mais ampla divulgação o programa a ser obedecido na Sessão Solene, podendo inclusive usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classe e de serviços, sempre a critério do Presidente da Câmara.

DAS ATAS

ARTIGO 101 :- De cada Sessão da Câmara lavrar-se-á Ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de serem submetidos a votação em Plenário.

§ 1º :- A transcrição de declaração de voto, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao Presidente.

§ 2º :- A Ata da Sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores na Secretaria da Câmara para exame e será apreciada na Sessão subsequente.

§ 3º :- Feita a impugnação ou solicitada a retificação, a Ata irá a deliberação do Plenário. Aceita a impugnação será lavrada a retificação e a mesma incluída na Ata da Sessão, em que ocorrerá a sua votação.

§ 4º :- Aprovada a Ata, ela será assinada pelo Presidente e Secretários da Mesa.

§ 5º :- A Ata da última Sessão de cada legislatura será redigida e submetida a aprovação, com qualquer número de Vereadores, no final dos trabalhos legislativos.

TITULO V

DAS PROPOSIÇÕES E SUA TRAMITAÇÃO

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 102 :- Proposição é toda matéria sujeita à deliberação ou encaminhamento do Plenário.

§ 1º :- As proposições poderão consistirem em:

- a) Projeto de Lei Complementar e Projeto de Lei;
- b)- Projetos de Decreto Legislativo;
- c)- Projeto de Resolução;
- d)- Indicações;
- e)- Substitutivos;
- f)- Emendas e Subemendas;
- g)- Pareceres;
- h)- Vetos;
- i)- Requerimentos;
- j)- Moções.

§ 2º :- As proposições deverão ser datilografadas e redigidas em termos claros e sintéticos e quando sujeitas a leitura, exceto as emendas e subemendas, deverão conter ementa de seu assunto. Serão permitidas no máximo, quatro proposições, por sessão a cada Vereador.

ARTIGO 103 :- A Presidência deixará de receber proposições que :

- I- versar sobre assuntos alheios a competência da Câmara;
- II- delegar a outro poder, atribuições privativas do legislativo;
- III- aludindo a lei, decreto, regulamento ou qualquer outra norma legal, não se faça acompanhar de seu texto;
- IV- fazendo menção a cláusula de contrato ou de convênios, não os transcrever por inteiro;

V- seja inconstitucional, ilegal ou anti-regimental;

VI- tenha sido rejeitado, não sancionado ou vetado na mesma Sessão legislativa e não seja subscrito pela maioria absoluta da Câmara, a fim de ser submetido à nova discussão e votação.

Parágrafo Único :- Da decisão do Presidente caberá recursos, que deverá ser apresentado pelo autor e encaminhado à Comissão de Redação, Legislação e Justiça, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia e apreciado em Plenário.

ARTIGO 104:- Considerar-se-á autor da proposição para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário.

§ 1º :- São de simples apoio as assinaturas que se seguirem a primeira.

§ 2º :- Nos casos em que as assinaturas de uma proposição constituírem “ quorum “ para apresentação, não poderão ser retiradas após o seu encaminhamento à Mesa para a respectiva publicação ou leitura.

§ 3º :- Ocorrendo a hipótese definida no parágrafo 2º, a propositura terá encaminhamento normal de processo legislativo, podendo seu subscritor ou subscritores dela discordar durante a votação.

ARTIGO 105 :- Os processos serão organizados pela Secretaria Administrativa da Câmara, conforme regulamento baixado pela Presidência.

ARTIGO 106 :- Quando por extravio ou retenção indevida, não for possível, o andamento de qualquer proposição e vencido o prazo regimental, a Presidência determinará a sua reconstituição, por deliberação própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

ARTIGO 107:- As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

I - Urgência;

III - Ordinária.

ARTIGO 108 :- A Urgência é a dispensa de determinadas exigências regimentais, salvo a de número legal e de Parecer, para que determinado Projeto seja imediatamente considerado. Para a concessão deste regime de tramitação serão, obrigatoriamente, observadas as seguintes normas e condições.

I - Concedida a Urgência para o Projeto que não conte com Pareceres, as comissões competentes se reúnam, em conjunto ou separadamente, para elaborá-los, suspendendo-se as sessões pelo prazo necessário.

II - A concessão de Urgência dependerá de apresentação de requerimento escrito ou verbal, que somente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado, com a necessária justificativa, e nos seguintes casos:

- a) Pela Mesa, em proposição de sua autoria;
- b) Por Comissão em assuntos de sua especialidade;
- c) Pela maioria simples dos Vereadores presentes.

III - Somente será considerada sob regime de Urgência, a matéria que, examinada objetivamente, evidencie necessidades prementes e atuais, de tal sorte, que não sendo tratada desde logo resulte em grave prejuízo, perdendo sua oportunidade ou aplicação.

IV - O requerimento da Urgência poderá ser apresentado em qualquer ocasião, nas somente será anunciado e submetido ao Plenário durante o tempo destinado à ordem do Dia e sua aprovação dependerá do “quorum” de maioria absoluta dos Vereadores presentes.

ARTIGO 109 :- Tramitará em Regime de Urgência a proposição sobre:

I - Matéria emanada de Executivo, na qual a Urgência é solicitada expressamente, na forma da Lei;

II - Matéria apresentada pela maioria absoluta dos membros da Câmara na qual a Urgência é solicitada expressamente, na forma da Lei.

III - Licença do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

IV - Constituição de Comissão Especial de Inquérito;

V - Apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da

Câmara;

VI - Vetos

VII - Projetos de Resolução ou de Decreto

Legislativo.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS

ARTIGO 110 :- A Câmara exerce sua função legislativa por meio de:

I- Projetos de Lei Complementar e Projeto de Lei;

II - Projetos de Decreto Legislativo

III- Projetos de Resolução.

ARTIGO 111 :- Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.

§1º - A iniciativa dos Projetos de Lei será:

I - Do Vereador

II - Da Mesa da Câmara;

III - Do Prefeito;

§2º - É da Competência exclusiva do Prefeito e iniciativa dos Projetos de lei que:

a) Disponham sobre matéria financeira;

b) Criem cargos, funções ou empregos público e aumento de vencimentos ou vantagens dos servidores da Prefeitura;

c) Regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

d) Organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoais de administração;

e) Criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal;

§ 3º - Aos projetos oriundos da competência exclusiva do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentam as despesas previstas.

§ 4º - As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual ou de créditos adicionais só poderão ser aprovados na forma do artigo 124 da Lei Orgânica do município.

§ 5º - Ao Projeto de Lei orçamentária não serão admitidas emendas das quais decorram aumento de despesas global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificação de seu montante, sua natureza ou seu objeto.

§ 6º - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação dos projetos de sua iniciativa considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de trinta dias, contados de seus recebimentos na Secretária Administrativa da câmara, na forma do artigo 39 da Lei Orgânica do município.

§ 7º - A fixação do prazo deverá ser sempre de forma expressa e poderá ser feita depois da remessa do Projeto, em qualquer fase do seu andamento considerando-se a data do seu recebimento como seu termo inicial;

§8º - Os prazos fixados neste artigo não ocorrem nos períodos de recessos da Câmara.

§9º - O disposto no parágrafo 5º não é aplicável à tramitação dos Projetos de codificação e do orçamento anual.

§10 - É da competência exclusiva da Mesa e iniciativa de Projetos que:

a) Criem, extingam ou transformem cargos, funções ou empregos de seus serviços;

b) Fixem ou aumentem remuneração de seus servidores;

c) Organizem e determinem o funcionamento de seus serviços;

d) Autorizem abertura de créditos suplementares ou especiais através de anulação parcial ou total de dotação da Câmara.

§11 - Nos projetos de Lei de competência da Câmara não serão admitidos emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvada a hipótese do parágrafo seguinte.

§12 - Nos projetos de lei a que se refere a letra do §10 somente serão admitidos emendas que de qualquer forma aumentem as despesas ou número de cargos previstos, quando votados pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§13 - Os Projetos de lei que disponham sobre a criação de cargos de Câmara deverão ser votados em dois turnos com intervalo mínimo de quarenta e oito (48) horas entre eles.

ARTIGO 112:- A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado ou não sancionado somente poderá constituir objeto de novo Projeto na mesma Sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

ARTIGO 113 - Aprovado o projeto na forma regimental, o Presidente da Câmara, no prazo de cinco (5) dias úteis o enviará ao Prefeito para sanção e promulgação.

ARTIGO 114 - Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda dos limites da economia interna da Câmara, de sua competência privativa, e não sujeito a sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara.

Legislativo: §1º - Constitui matéria de Projeto de Decreto

a) revogado;

b) Aprovação ou rejeição das contas do Prefeito;

c) Concessão de licença ao Prefeito ou Vice-Prefeito;

d) Autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município por mais de quinze (15) dias.

e) Criação de Comissão Especial de Inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, para apuração de irregularidade.

f) Concessão de título de cidadania ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município

g) Cassação de mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito;

h) demais atos que independem de sanção do Prefeito e como tais definidas em Lei.

§2º - Será de exclusiva competência da Mesa a apresentação dos Projetos de Decreto Legislativo e que se referem as letras “c”, “d” e “e”, do parágrafo anterior. As demais poderão ser de iniciativa da Mesa, das Comissões e dos Vereadores.

ARTIGO 115 - Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza politico-administrativa e versará sobre a Secretaria Administrativa, a Mesa e os Vereadores, e não sujeita a sanção do Prefeito.

§1º - Constitui matéria de Projeto de Resolução:

- a) Perda do mandato de Vereador;
- b) Destituição dos membros da Mesa;
- c) revogado
- d) revogado
- e) Elaboração e reforma do Regimento Interno;
- f) Julgamento dos recursos de sua competência;
- g) Constituição de Comissão Especial de Inquérito, quando o fato se referir a assuntos de economia interna da Câmara;
- h) revogado
- i) Organização dos serviços Administrativos, sem criação de cargos;
- j) Demais atos de sua economia interna.
- l) Resolução criando ou extinguindo cargos dos serviços da Câmara e fixação dos respectivos vencimentos.

§ 2º:- Os Projetos de Resolução a que se referem as letras “ i ” e “ j ”, do parágrafo anterior, são de iniciativa da Mesa. Independentemente de Pareceres, os demais serão apreciados na Sessão subsequente à apresentação da proposta inicial.

§3º - Respeitado o disposto no parágrafo anterior, a iniciativa dos Projetos de Resolução poderá ser da Mesa, das Comissões e dos Vereadores conforme dispõe o presente Regimento

§4º - Os projetos de Resolução e de Decreto Legislativo elaborados pelas Comissões Permanentes, Especiais de Inquérito, em assunto de sua competência, serão incluídos na Ordem do Dia da Sessão seguinte ao de sua apresentação, independentemente de Parecer.

ARTIGO 116 - Lida o Projeto pelo 1º Secretário, no Expediente, ressalvados os casos previstos neste Regimento, será ele encaminhado, depois de

deliberado, às Comissões Permanentes que, por sua natureza, devem opinar sobre o assunto.

ARTIGO 117 - São requisitos dos Projetos:

- I - Ementa de seu objetivo
- II - Conter somente a enunciação da vontade legislativa;
- III - Divisão em artigos, numerados, claros e concisos;
- IV - Menção da revogação das disposições em contrário, quando for o caso;
- V - Assinatura do autor;
- VI - Justificação, com exposição circunstanciada dos motivos do mérito que fundamentam a adoção da medida proposta.

CAPÍTULO III

DAS INDICAÇÕES

ARTIGO 118 - Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

§ ÚNICO - As indicações serão lidas, discutidas e votadas no Expediente e se aprovadas serão encaminhadas a quem de direito.

CAPÍTULO IV

DOS REQUERIMENTOS

ARTIGO 119 :- Requerimento é todo pedido verbal ou escrito, dirigido ao Presidente da Câmara, sobre qualquer assunto, por Vereador ou Comissão.

de duas espécies: § ÚNICO - Quanto a competência para decidi-la são

- a) Sujeitos a despacho do Presidente;
- b) Sujeitos à deliberação do Plenário.

ARTIGO 120 - Será de alçada do Presidente e verbal, os Requerimentos que solicitem:

- I - A palavra ou a desistência dela;
- II - Leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

- III - Observância de disposição regimental;
- IV - Retirada pelo autor, de requerimento ainda não submetido à deliberação do Plenário.
- V - Verificação de presença ou de votação;
- VI - Declaração de voto;
- VII - informações sobre os trabalhos ou a Ordem do dia;
- VIII - Requisição de documentos, processos, livros ou publicações, existentes na Câmara, relacionados com a proposição em discussão no Plenário.

ARTIGOS 121 - Serão de alçada do Presidente e escritos os requerimentos que solicitem:

- I - Renúncia de membro da Mesa;
- II - Designação de relator especial, nos casos previstos neste Regimento;
- III - Votos de pesar, por falecimentos;
- IV - Cópias de documentos existentes no arquivo da Câmara;
- V - Juntada ou desentranhamento de documentos.

Parágrafo Único- A Presidência é soberana na decisão sobre os requerimentos citados neste e no artigo anterior, salvo os que, pelo próprio Regimento devam receber a sua simples anuência.

ARTIGOS 122 - Serão de alçada do Plenário, verbais e sem preceder discussão e sem encaminhamento de votação, os requerimentos solicitando:

- I - Prorrogação de sessão, de acordo com o artigo 87, deste Regimento;
- II - Destaque de matéria para votação;
- III - Votação por determinado processo;
- IV - Encerramento de discussão nos termos do artigo 143, III, deste Regimento.

ARTIGO 123 - Será de alçada do Plenário, escritos, discutidos e votados os requerimentos que solicitem:

- I - Informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;

II - Votos de louvor e congratulações e manifestações de protestos;

III - Audiência de Comissão, para assuntos em pauta obedecidos as disposições deste Regimento;

IV - Inserção de documento em Ata;

V - Retirada solicitada a entidades publicas ou particulares;

VI - Informações solicitadas á entidades publicas ou particulares.

§1º - Estes requerimentos devem ser apresentados no Expediente da Sessão, lidos discutidos e votados, salvo se alguma das Comissões Permanentes ligadas ao assunto em pauta, solicitar vistas para estudos mais acurados;

§2º - Na hipótese do parágrafo anterior qualquer membro da Comissão poderá requerer vistas de uma proposição, pelo prazo de dois (2) dias úteis.

ARTIGO 124 - As representações de outras edilidades solicitando manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, serão encaminhadas às Comissões competentes, independentemente do conhecimento do Plenário.

DAS MOÇÕES

ARTIGO 125 - Moção é a proposição de apoio ou aplauso a pessoas ou entidades em razão de fato de repercussão de interesse publico.

Parágrafo Único- As moções serão lidas, discutidas e votadas no Expediente e encaminhadas a quem de direito.

CAPÍTULO V

DOS SUBSTITUTIVOS, EMENDAS E SUBEMENDAS

ARTIGO 126 - Substitutivo é o Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou de Revolução, apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro apresentado sobre o mesmo assunto e durante a fase de sua discussão.

Parágrafo Único- Não é permitido ao Vereador ou Comissão apresentar substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

ARTIGO 127 - Emenda é a proposição apresentada como acessório de outras.

§1º - As emendas podem ser Supressivas, Substitutivas, Aditivas e Modificativas.

§2º - As emendas supressivas são de que mandam suprimir em parte ou no todo o artigo, parágrafo ou inciso do Projeto.

§3º - As emendas substitutivas são as que devem ser colocadas em lugar do artigo, parágrafo ou inciso do Projeto.

§4º - As emendas aditivas são as que devem ser acrescentadas nos termos do artigo, parágrafo ou inciso do Projeto.

§5º - As emendas modificativas são as que se referem apenas à redação do artigo, parágrafos ou incisos sem alterar a sua substância.

ARTIGO 128 - A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

ARTIGO 129 - Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas, que não tenham relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

ARTIGO 130 - Ressalvada a hipótese de estar a proposição em regime de urgência ou quando assinados pela maioria absoluta da Câmara não serão recebidas pela Mesa, substitutivo, emendas ou subemendas quando a mesma estiver sendo discutida em Plenário, os quais deverão ser apresentadas até vinte e quatro horas (24) horas antes do início da Sessão, para fins de publicação.

§1º - Apresentado o substitutivo por Comissão competente ou pelo autor ele será discutido, preferencialmente, em lugar do Projeto original. Sendo o substitutivo apresentado por outro Vereador, o Plenário deliberará sobre a suspensão da discussão para envio a Comissão competente.

§2º - Deliberando o Plenário o prosseguimento da discussão, ficará prejudicado o substitutivo

§3º - As emendas e subemendas serão aceitas, discutidas e, se aprovadas o Projeto será encaminhado à Comissão ou Redação, Legislação e Justiça para ser de novo redigido, na forma do aprovado com nova redação, conforme a aprovação das emendas e subemendas.

§4º - Se a Comissão de Redação, Legislação e Justiça ou a Presidência assim o entender, poderá propor em que as emendas e subemendas de que trata o parágrafo anterior sejam votadas durante a própria sessão legislativa em que forem discutidas, Neste Caso, as novas redações a que se refere o parágrafo 3º será feita em plenário, pela Comissão de Redação, Legislação e Justiça.

ARTIGO 131 - O Prefeito poderá propor alterações aos projetos de sua iniciativa enquanto a matéria estiver na dependência do Parecer de qualquer uma das Comissões o Projeto somente poderá ser apreciado depois de as Comissões serem novamente ouvidas pelo Plenário.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS

ARTIGO 132 - Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de dez (10) dias contados da data da ocorrência por simples petição a ele dirigida.

§1º - O recurso será encaminhado á Comissão de Redação, Legislação e Justiça para opinar e elaborar projeto de Resolução.

§2º - Apresentado o Parecer, com o Projeto de Resolução, acolhendo ou denegando o recurso será o mesmo submetido a uma única discussão e votação na Ordem do Dia da primeira sessão realizada após a Comissão de Redação, Legislação e Justiça efetuar sua entrega na Secretaria Administrativa.

§3º - Os prazos marcados neste artigo são fatais e correm dia a dia.

§4º - Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se ao processo de destituição.

CAPÍTULO VII

DA RETIRADA DE PROPOSIÇÕES

ARTIGO 133 - O autor poderá solicitar, em qualquer fase da elaboração legislativa, a retirada de sua propositura, mediante solicitação simples ao Presidente da Câmara.

TÍTULO VI

DOS DEBATES E DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 134 - Discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates em plenário.

§1º - Terão discussão única todos os projetos de Decreto Legislativo de Resolução, Parecer do Tribunal de Contas do Estado, requerimentos, moções e indicações.

§2º - Serão votados em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito (48) horas entre eles, as proposições relativas a criação de cargos na Secretaria da Câmara.

§3º - Estarão sujeitos a duas discussões todos os Projetos de Lei.

§4º - Estarão sujeitas às discussões únicas as seguintes proposições:

a) Indicações;

- b) Requerimentos
- c) Pareceres emitidos, quando for o caso, e circulares das Câmaras Municipais;
- d) Veto, total ou parcial;
- e) Decretos Legislativos;
- f) Resoluções
- g) Parecer do Tribunal de Contas do Estado.

ARTIGO 135 - Os debates deverão realizar-se com ordem e dignidade, devendo os Vereadores cumprir as determinações regimentais seguintes :

- I - Deverão falar de pé, salvo se enfermo, exceto o Presidente;
- II - Não usar a palavra sem o solicitar e ser receber o consentimento do Presidente;
- III - Ao referir-se ou dirigir-se a outro Vereador usar o tratamento de Senhor ou Excelência.

ARTIGO 136 - Nenhum Vereador poderá usar da palavra sem que esta lhe seja concedida, e só poderá falar:

- I - Para discutir matéria em debate;
- II - Para justificar projetos ou indicações;
- III - Para apresentar projetos, indicações, requerimentos e moções;
- IV - Para tratar de qualquer interesse público;
- V - Pela ordem;
- VI - Para encaminhamento de votação;
- VII - Para explicação pessoal;

§1º - O Vereador poderá falar pela ordem :

- a) Por ocasião da leitura do expediente e no princípio de qualquer discussão, para propor o melhor método de direção dos trabalhos;
- b) Para reclamar contra a não observância de qualquer dispositivo regimental que porventura tenha sido omitido ou não cumprido pela Mesa Diretora dos trabalhos;

§2º - Para encaminhamento de votação, o Vereador só poderá falar com o fim de indicar o melhor meio de ser posta à votação a matéria.

§3º - Nos casos dos parágrafos 1º e 2º nenhum Vereador poderá falar mais de uma vez e nem por mais de três (3) minutos;

§4º - Em explicação pessoal o Vereador poderá usar da palavra uma vez e no tempo máximo de dez (10) minutos, depois de esgotada a Ordem do Dia, dentro do tempo destinado a Sessão e o assunto tratado não poderá ser polêmico, porquanto, não comportará discussão.

ARTIGO 137 - Se qualquer Vereador pretender falar sem estar com a palavra, e assim proceder contra disposição regimental, depois de adverti-lo o Presidente o convidará a sentar-se.

§1º - Se apesar desta advertência e deste convite o Vereador insistir em falar, o Presidente dará o curso por encerrado.

§2º - Se o Vereador insistir em perturbar a ordem ou tumultuar a Sessão, o Presidente poderá suspender e reabrir a sessão no momento que julgar conveniente a bem da ordem dos trabalhos.

ARTIGO 138 - Durante aos debates o Vereador não poderá:

- a) desviar-se do assunto em debate;
- b) usar de linguagem imprópria;
- c) falar de matéria vencida;
- d) ultrapassar o tempo que lhe compete;
- e) deixar de atender as advertências do Presidente.

ARTIGO 139 - A Mesa poderá retirar dos debates a serem publicados ou registrados em Ata as expressões anti-regimentais.

DOS APARTES

ARTIGO 140 :- Aparte é a interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1º :- O aparte deve ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a um (1) minuto;

§ 2º :- Não é permitido apartear o Presidente e nem o Orador que fala pela Ordem, em Explicação Pessoal, para encaminhamento de votação ou declaração de voto.

§ 3º :- Cabe ao Orador o direito de negar o aparte solicitado neste caso, não lhe será permitido dirigir-se diretamente aos Vereadores presentes.

DOS PRAZOS

ARTIGO 141 :- Ficam estabelecidos os seguintes prazos aos Oradores para uso da palavra :

I- para retificação ou impugnação da Ata, dois (2) minutos;

II- para falar de tribuna durante o Expediente ou em Explicação Pessoal dez (10) minutos;

III- durante a discussão de :

a)- projetos, dez (10) minutos;

b)- veto, dez (10) minutos;

c)- requerimento, cinco (5) minutos;

d)- parecer das comissões, dez (10) minutos;

e)- indicação, três (3) minutos;

f)- pela ordem, três (3) minutos;

g)- declaração de voto, dois (2) minutos;

h)- encaminhamento de votação, dois (2) minutos

i)- processo de cassação de mandato, vinte (20) minutos para o Vereador e trinta (30) minutos para o denunciado ou seu procurador com apartes;

j)- processo de destituição de membros da Mesa Diretora, quinze (15) minutos, para cada Vereador e trinta (30) minutos para o denunciado e vinte (20) minutos para o relator, todos com apartes;

i)- para os projetos de codificação e de orçamento, quinze (15) minutos para cada Vereador;

m)- para os casos não previstos nas alíneas acima dez (10) minutos para cada Vereador.

DO ADIAMENTO

ARTIGO 142 :- O Adiamento de discussão de qualquer proposição estará sujeito a deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto durante a discussão da mesma, somente se requerido no início da Ordem do Dia ou no início de sua discussão.

§ Único :- O adiamento deverá ser proposto por tempo determinado, contados em dias, não podendo exceder o prazo para deliberação da proposição.

DO ENCERRAMENTO

ARTIGO 143 :- O encerramento da discussão dar-se-á :

- I- por inexistência de orador inscrito;
- II- por decurso de prazos regimentais;
- III- a requerimento de qualquer Vereador, mediante deliberação do Plenário.

§ Único :- O encerramento da discussão, nos termos do inciso III do presente artigo, só poderá ser proposto quando sobre a matéria já tenham falado pelo menos, quatro (4) Vereadores.

CAPITULO II

DAS VOTAÇÕES

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 144 :- Votação é o ato complementar da discussão, através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º :- Se, no decorrer da votação esgotar-se o tempo destinado à Sessão, esta será dada por prorrogada até que se conclua por inteiro a votação da matéria.

ARTIGO 145 :- O Vereador presente na sessão não poderá recusar-se a votar, devendo porém, abster-se quando tiver interesse pessoal na deliberação, sob pena de nulidade a votação, quanto seu voto for decisivo.

§ Único :- O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida comunicação ao Presidente, computando-se todavia, sua presença para efeito de "quorum".

ARTIGO 146 :- O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, salvo nos seguintes casos:

- 1)- na eleição dos membros da Mesa e dos seus substitutos, bem como no preenchimento de qualquer vaga;
- 2)- no julgamento de seus pares, do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- 3)- nas deliberações sobre concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outras honraria ou homenagem.
- 4)- na votação de veto oposto pelo Prefeito.

tomadas : ARTIGO 147 :- As deliberações do Plenário serão

- 1)- por maioria absoluta de votos;
- 2)- por maioria simples de votos;
- 3)- por dois terços (2/3) dos membros da Câmara.

§ 1º :- A **maioria absoluta** diz respeito a totalidade dos membros da Câmara e a **maioria simples** à dos Vereadores presentes à Sessão.

§ 2º :- As deliberações, salvam disposições em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria dos Vereadores.

ARTIGO 148 :- Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara e aprovação e alteração das seguintes leis complementares e ordinárias:

- 1)- Código Tributário do Município;
- 2)- Código de Obras e Edificações;
- 3)- Estatuto dos Servidores Municipais;
- 4)- Regimento Interno da Câmara Municipal
- 5)- Criação de cargos, funções ou empregos públicos;
- 6)- Código de Posturas Municipal;
- 7)- Plano Diretor do Município;
- 8)- Código de Defesa do Consumidor;
- 9)- Zoneamento Urbano e Direitos Suplementares de Uso e Ocupação do Solo;
- 10)- Concessão de Serviços Públicos;
- 11)- Alienação de Bens Imóveis;
- 12)- Aquisição de Bens Imóveis por Doação com Encargos ;
- 13)- Autorização para obtenção de empréstimos de particular.

ARTIGO 149 :- Dependerão do voto favorável de dois terços (2/3) dos membros da Câmara:

- 1)- Emendas à Lei Orgânica do Município;
- 2)- Perda de Mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

3)- Rejeição do Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;

4)- Concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagens;

5)- Aprovação de Representação solicitando a alteração do nome do Município;

6)- Destituição de componentes da Mesa.

ARTIGO 150 :- A aprovação de matéria que trata de leis complementares e ordinárias, salva as exceções previstas nos artigos 148 e 149 deste Regimento, dependerá do voto favorável de maioria simples dos Vereadores presentes à Sessão.

ARTIGO 151 :- A partir do instante em que o Presidente da Câmara declarar a matéria já debatida e com discussão encerrada poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento de votação, ressalvadas os impedimentos regimentais.

§ Único :- No encaminhamento de votação será assegurada a cada bancada por um de seus membros, falar apenas uma vez e por dois (2) minutos para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada, sendo vedados apartes.

DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

ARTIGO 152 :- São três (3) os processos de votação :

I- simbólico;

II- nominal;

III- secreto;

§ 1º :- O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, apurados pela forma estabelecida no parágrafo seguinte :

§ 2º :- Quando o Presidente submeter qualquer matéria à votação pelo processo simbólico, convidará os Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os contrários a se levantarem, procedendo em seguida a necessária contagem e proclamação do resultado.

§ 3º :- O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, com a consignação expressa do nome e do voto de cada Vereador.

§ 4º :- Proceder-se-á obrigatoriamente à votação nominal para :

a)- votação do Parecer do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Prefeito;

b)- composição das Comissões Permanentes;

c)- outorga de concessão de serviços públicos;

d)- outorga de direito real de concessão de uso;

e)- alienação de bens imóveis;

f)- aquisição de bens imóveis por doação com encargos.

g) Eleição dos Membros da Mesa Diretora da Câmara.

§ 5º :- revogado

a)- revogado

b)- revogado

c)- revogado

d)- revogado

ARTIGO 153 :- Preferência é a primazia da discussão ou votação de uma proposição sobre outra, requerida por escrito e aprovada pelo Plenário.

§ 1º :- Terão preferência para votação às emendas e substitutivos oriundos das Comissões, e em primeiro lugar da Comissão de Redação, Legislação e Justiça, se for o caso.

§ 2º :- Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, por parte que não seja da Comissão Permanente, a preferência recairá sobre a que for apresentada primeiramente.

DA VERIFICAÇÃO

ARTIGO 154 :- Se houver dúvida quanto ao resultado da votação simbólica o Vereador poderá requerer verificação nominal de votação, que deverá obrigatoriamente ser atendido pelo Presidente .

Parágrafo Único :- Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

DA DECLARAÇÃO DE VOTO

ARTIGO 155 :- Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrária ou favoravelmente à Matéria votada.

ARTIGO 156 :- A declaração de voto far-se-á de uma só vez, depois de concluída por inteiro a votação de todas as peças do processo.

§ 1º :- Em declaração de voto cada Vereador dispõe de dois (2) minutos, sendo vedado os apartes.

§ 2º :- Quando a declaração de voto estiver formulada por escrito poderá o Vereador solicitar a sua inclusão no respectivo processo e na Ata dos trabalhos, em inteiro teor; quando verbal sua inclusão será de forma resumida

TITULO VII

ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

CAPITULO I

DOS CÓDIGOS

ARTIGO 157 :- Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente, a matéria tratada.

ARTIGO 158 :- Os projetos relativos aos códigos serão publicados e distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Redação, Legislação e Justiça.

§ 1º :- Durante o prazo de dez (10) dias poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas a respeito.

§ 2º :- A Comissão terá mais quinze (15) dias para exarar Parecer ao Projeto e às emendas apresentadas, podendo não aceitá-las.

ARTIGO 159 :- Em primeira discussão o Projeto será discutido e votado por capítulo, salvo requerimento de destaque, aprovado pelo Plenário.

ARTIGO 160 :- Se a Comissão não exarar Parecer no prazo que lhe é concedido será o Projeto incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte, oportunidade em que as emendas serão apreciadas pelo Plenário.

CAPITULO II

DO ORÇAMENTO

ARTIGO 161 :- O Projeto de Lei Orçamentária será enviado pelo Executivo à Câmara Municipal até 30 de Setembro.

§ Único :- Se não receber a proposta orçamentária no prazo mencionado neste artigo, a Câmara considerará como proposta a lei do orçamento vigente.

ARTIGO 162 :- O Presidente da Câmara, recebido o orçamento, mandará copiá-lo aos Vereadores, enviando-o à Comissão de Finanças e Orçamento para que a mesma apresente Parecer dentro de vinte (20) dias, após o que ela fará entrega do mesmo à Secretaria Administrativa da Câmara para recebimento de emendas por parte dos Vereadores; dentro do prazo de três (3) dias os mesmos deverão apresentar emendas que entrarão em primeira discussão.

§ Único :- Esgotado este prazo, a Comissão de Finanças e Orçamento terá cinco (5) dias de prazo para exarar Parecer sobre as emendas, devendo o mesmo ser incluído na Ordem do Dia subsequente, com ou sem o Parecer.

ARTIGO 163 :- Aprovado em primeira discussão, o Projeto de Orçamento será enviado à Comissão de Finanças e Orçamento, que terá cinco (5) dias para redigi-lo de acordo com o resultado da primeira discussão.

§ Único :- Esgotado este prazo o Projeto permanecerá na Secretaria Administrativa da Câmara por mais três (3) dias para receber emendas destinadas à segunda discussão.

ARTIGO 164 :- A Comissão de Finanças e Orçamento disporá de três (3) dias para exarar Parecer sobre as emendas apresentadas para a segunda discussão, devendo no dia seguinte ser entregue na Secretaria Administrativa da Câmara para ser incluído na Ordem do Dia da Sessão Subsequente.

ARTIGO 165 :- As discussões e votações do Projeto de Orçamento e das emendas obedecerão ao disposto neste Regimento.

ARTIGO 166 :- Aprovada em segunda discussão, a Comissão de Finanças e Orçamento terá três (3) dias para redigir o orçamento, de acordo com o resultado desta votação, afim de que o Projeto seja enviado a sanção do Prefeito.

ARTIGO 167 :- A Câmara funcionará, se necessário, em sessões extraordinárias, de modo que a discussão e votação do Orçamento estejam concluídas até 30 de novembro.

ARTIGO 168 :- Aplicam-se ao Projeto de Lei Orçamentária, no que não contrariar o disposto neste Capítulo, as regras do processo legislativo e o disposto nos artigos 121 a 127 da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO III

DA TOMADA DE CONTAS DO PREFEITO.

ARTIGO 170 :- A Mesa da Câmara enviará suas contas anuais ao Executivo até o dia 01 de março do exercício seguinte, para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas competente.

ARTIGO 171 :- O Presidente da Câmara apresentará até o dia vinte (20) de cada mês o Balanço relativo a recursos recebidos e às despesas do mês anterior e providenciará sua publicação, mediante Edital afixado no edifício da Câmara.

ARTIGO 172 :- O Prefeito encaminhará até o dia vinte (20) de cada mês à Câmara o balancete relativo a Receita e Despesa do mês anterior.

ARTIGO 173 :- Recebidos os processos do Tribunal de Contas do Estado com os respectivos Pareceres prévios, a Mesa os mandará à Comissão de Finanças e Orçamento, no prazo de três (3) dias.

§ 1º:- A Comissão de Finanças e Orçamento terá o prazo de 20 (vinte) dias para apreciar o Parecer do Tribunal de Contas, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo, relativo às contas do Prefeito, dispondo sobre sua aprovação. Findo este prazo o processo ficará à disposição dos Vereadores na Secretaria Administrativa da Câmara por 5 (cinco) dias.

§ 2º :- Findo este último prazo e sem que a Comissão tenha se manifestado, o Presidente deverá incluir a matéria na Ordem do Dia da Sessão subsequente, com ou sem Parecer.

ARTIGO 174 :- A Câmara tem o prazo máximo de sessenta (60) dias, a contar do recebimento do Parecer prévio do Tribunal de Contas para julgar as contas do Prefeito.

ARTIGO 175 :- A Comissão de Finanças e Orçamento, para emitir seu Parecer poderá vistoriar obras e serviços, examinar processos e documentos nas repartições da Prefeitura Municipal e da Câmara, e conforme o caso, poderá solicitar esclarecimentos complementares ao Prefeito e Presidente da Câmara, por ofício direto, tendo por objetivo aclarar as partes obscuras.

TITULO VIII

DE PROMULGAÇÃO DE LEIS, DECRETOS LEGISLATIVOS, RESOLUÇÕES

CAPÍTULO ÚNICO

DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO.

ARTIGO 176 :- Aprovado um Projeto de Lei, na forma regimental, será ele enviado ao Prefeito para fins de sanção e promulgação no prazo de dez (10) dias.

§ 1º :- O Membro da Mesa não poderá, sob pena de destituição, recusar-se a assinar o autógrafa.

§ 2º :- Decorrido o prazo de quinze (15) dias úteis, contados do recebimento do respectivo autógrafa, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

ARTIGO 177 :- Se o Prefeito julgar o Projeto, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente no prazo de quinze (15) dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro quarenta e oito (48) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 1º :- O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcialmente abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, do inciso ou de alínea.

§ 2º :- As razões aduzidas no veto serão apreciadas, no prazo de vinte e cinco (25) dias, contados do seu recebimento, em uma única discussão :

§ 3º:- O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada em votação aberta.

§ 4º :- Esgotado sem deliberação o prazo previsto no parágrafo 2º deste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediatamente seguinte sobrestadas as demais proposições até sua votação final, ressalvadas as matérias de que tratem o parágrafo 1º do artigo 39 da Lei Orgânica do Município.

§ 5º :- Se o veto for rejeitado, será enviado ao Prefeito em quarenta e oito (48) horas, para promulgação

§ 6º :- Se o Prefeito não promulgar a lei em quarenta e oito (48) horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição de veto, o Presidente da Câmara à promulgará, e se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual fazê-lo.

§ 7º :- A lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 8º :- Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número de Lei original, observado o prazo estipulado no parágrafo 6º deste artigo.

§ 9º :- O prazo previsto no parágrafo 2º deste artigo, não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 10º :- A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11 :- Recebido o veto pela Presidência da Câmara será ele encaminhado à Comissão de Redação, Legislação e Justiça, que poderá solicitar audiência de outras Comissões.

§ 12 :- As Comissões tem o prazo conjunto e improrrogável de dez (10) dias para a manifestação.

§ 13 :- Se a Comissão não se manifestar no prazo indicado, a Presidência deverá incluir a proposição na pauta da Ordem do Dia da Sessão imediata, independentemente de Parecer.

§ 14 :- A Mesa convocará sessões extraordinárias para discutir o veto se não se realizar sessão ordinária, tendo em vista que o mesmo seja apreciado dentro de vinte e cinco (25) dias contados de seu recebimento.

Art. 178:- A matéria constante do Projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo Projeto, na mesma Sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Câmara.

ARTIGO 179 :- Os Decretos Legislativos e as Resoluções, desde que aprovados os respectivos projetos, serão promulgados pela Presidência da Câmara.

§ Único :- Na promulgação de Leis, Decretos Legislativos e Resoluções, pelo Presidente da Câmara, serão utilizadas as seguintes cláusulas promulgatórias:

I- Leis (sanção tácita) :

**“Presidente da Câmara Municipal de Zacarias,
Faço saber que a Câmara Municipal de Zacarias aprovou e eu, os termos do § 6º do Artigo 41 da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei”**

Leis (veto total rejeitado) :

**O Presidente da Câmara Municipal de Zacarias,
Faço saber que a Câmara Municipal, manteve e eu promulgo, nos termos do § 6º do Artigo 41 da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei “**

Leis (veto parcial rejeitado) :

**“O Presidente da Câmara Municipal de Zacarias”,
Faço saber que a Câmara Municipal, manteve e eu promulgo, nos termos do § 6º do Artigo 41 da Lei Orgânica do Município.**

II- Decretos Legislativos e Resoluções :

**“O Presidente da Câmara Municipal de Zacarias”.
Faço saber que a Câmara Municipal de Zacarias aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo (ou Resolução)”**

ARTIGO 180 :- Para a promulgação da lei, com sanção tácita ou por rejeição de vetos totais, utilizar-se-á numeração subsequente aquela existente na

Prefeitura Municipal, quando se tratar de veto parcial, a lei terá o mesmo da anterior a que pertence.

ARTIGO 181 :- O Projeto de Lei que receber, quanto ao mérito, Parecer contrário de todas as Comissões, pela maioria de seus membros, a que for enviado, será tido como rejeitado.

TÍTULO IX DA SUBSIDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS VEREADORES.

CAPÍTULO ÚNICO

DO SUBSIDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS VEREADORES.

Art. 182:- Os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e dos Vereadores, serão fixados por lei, de acordo com o art. 8º, inciso VII da Lei Orgânica do Município, obedecidas as normas previstas na Constituição Federal.

I- não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago a servidor do Município e deverá obedecer ao disposto nos artigos 37,XI, 150,II, 153,III, e 153, § 2º, I da Constituição Federal.

II- Os subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 183:- Fixar os Subsídios dos Vereadores, por Lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõe os artigos 37, XI, XXXIX, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I da Constituição Federal em cada Legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos nesta Lei Orgânica e os limites máximos a que se refere o inciso VI do artigo 29 e 29 “a” da Constituição Federal.

Parágrafo Único:- O Presidente da Câmara Municipal de Zacarias, terá direito a subsídio mensal que será fixado por Lei, de acordo com o art. 8º, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

TITULO X DA POLÍTICA INTERNA

CAPITULO ÚNICO

ARTIGO 184 :- O policiamento do recinto da Câmara Municipal compete privativamente a Presidência e será feito normalmente por seus funcionários, podendo ser requisitados elemento de corporação civil ou militar para manter a ordem.

ARTIGO 185 :- Qualquer cidadão poderá assistir às Sessões da Câmara e suas dependências na parte do recinto destinada ao Público desde que :

- a)- apresentar-se descentemente trajado;
- b)- conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- c)- não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passe no Plenário;
- d)- atenda as determinações da Presidência;
- e)- respeite os Vereadores e os funcionários da Câmara.

§ 1º :- Pela inobservância desses deveres deverá o Presidente determinar que o infrator retire-se do recinto, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 2º :- O Presidente poderá determinar a retirada de todos os assistentes se a medida for por ele julgada necessária.

§ 3º :- Se, no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentado o infrator à autoridade competente para lavratura do auto e instauração do processo crime correspondente e deverá comunicar o fato a autoridade competente para a instauração do Inquérito.

ARTIGO 186 :- No recinto do Plenário e em outras dependências serão permitidas as presenças de Vereadores, Ex-Vereadores, Funcionários da Câmara e pessoas devidamente convidadas e a imprensa.

TITULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO ÚNICO.

ARTIGO 187 :- Os prazos previstos neste Regimento não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

§ 1º :- Quando não se mencionar expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos.

§ 2º :- Na contagem dos prazos regimentais observar-se-á no que for aplicável, a legislação civil.

TITULO XII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO ÚNICO.

ARTIGO 188 :- Ficam revogados todos os precedentes regimentais anteriormente firmados.

ARTIGO 189 :- Os casos omissos ou as dúvidas que eventualmente surjam quanto a tramitação a ser dada a qualquer processo serão submetidas na esfera administrativa, por escrito e com as sugestões julgadas convenientes à decisão do Presidente da Câmara, que firmará o critério a ser adotado e aplicado em casos análogos.

ARTIGO 190 :- Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ZACARIAS, 21 DE
DEZEMBRO DE 2.011.

MESA DIRETORA

Geraldo Simplício
Presidente

Anderson Clei Fogaça
1º Secretário

Aguinaldo Galdiolo
2º Secretário

Antonio da Silva Oliveira
Vice Presidente

VEREADORES

JOSÉ CARLOS VALDANHA

MARINALDO ELIAS DE CASRILHO

MILTON RAIMUNDO DE AZEVEDO

ROSANGELA DOS SANTOS OLIVA

RUBENS ALVES DA SILVA